



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exma. Sra.

**Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças
e Modernização Administrativa**
Deputada Teresa Leal Coelho

Lisboa, 13 de abril de 2017

Assunto: Documentação do processo judicial entre o Estado Português e o Banco Santander Totta respeitante aos swaps das empresas públicas de transportes

Ontem, dia 12 de abril, o Gabinete do Ministro das Finanças divulgou uma nota de imprensa dando conta que o Estado Português e o Banco Santander Totta chegaram a um acordo para pôr fim aos litígios judiciais respeitantes a um conjunto de contratos de swaps entre este banco e empresas públicas de transportes (Metropolitano de Lisboa, Metro do Porto, STCP e Carris).

De acordo com notícias vindas a público, o Estado Português terá de pagar ao Banco Santander Totta 1.700 milhões de euros pelo cancelamento de 9 contratos swaps de empresas públicas de transportes, contraindo para o efeito um empréstimo junto deste mesmo banco.

Depois de anos de subfinanciamento crónico das empresas públicas de transportes, que as forçou a um endividamento junto de instituições bancárias e à contratação de swaps especulativos, e de um longo processo em tribunais ingleses, o capital financeiro consegue uma vitória, que se traduz em mais um encargo brutal para os portugueses.

O PCP entende que a Assembleia da República deve proceder a um escrutínio aprofundado de todo este processo, desde o momento em que as empresas Metropolitano de Lisboa, Metro do Porto, STCP e Carris, por orientação do anterior Governo, suspenderam os pagamentos previstos no âmbito dos swaps contraídos junto do Banco Santander Totta.

Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português requer que a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa solicite ao Governo, com carácter de urgência, a toda a documentação do processo judicial entre o Estado Português e o Banco Santander Totta respeitante aos swaps das empresas públicas de transportes, assim como outra documentação relevante para o escrutínio deste processo.

Os Deputados

Paulo Sá

Miguel Tiago